



DISSERTAÇÕES DE MESTRADO DEFENDIDAS EM 2020 NO MESTRADO PROFISSIONAL EM PODER LEGISLATIVO

Fernandes, Lília Ribeiro. **A descentralização administrativa no Poder legislativo** [manuscrito] / Lília Ribeiro Fernandes. 2020. 91f.

Orientador: Prof. Dr. Nelson Gomes dos Santos Filho

Resumo: Ao longo das últimas décadas, a estrutura organizacional da Câmara dos Deputados (CD) cresceu e se diversificou significativamente, mas sua gestão permaneceu centralizada, exigindo maior esforço de planejamento e alocação de recursos para atividades bem distintas – indo das atribuições propriamente legiferantes a atividades-meio como a gestão de tecnologia da informação e a gestão hospitalar. O emprego do instituto da descentralização administrativa poderia ser um caminho para redução desse esforço e melhoria da eficiência. Este trabalho se propôs, portanto, ao exame das possibilidades de aplicação do instituto da descentralização no âmbito das atividades administrativas da CD e, por não haver experiência prévia de utilização do instituto no âmbito do Poder Legislativo, escolheu-se analisar a experiência mais próxima que se teve disso, qual seja a autonomização de órgãos no âmbito do Senado Federal (SF), optando-se por um estudo qualitativo e descritivo da experiência prévia havida na Secretaria de Tecnologia da Informação do SF, o Prodasen, haja vista seu pioneirismo na aplicação da tecnologia da informação no Poder Legislativo ser comumente atribuído à autonomia que lhe era conferida. Como referencial teórico, analisou-se a descentralização administrativa no Brasil, sob a ótica da esfera federal, sustentando-se a constitucionalidade da sua adoção no âmbito do Poder Legislativo e delineando-se as atividades administrativas no âmbito da CD que seriam passíveis de descentralização. Abordou-se o histórico da reforma gerencial no Brasil, destacando-se o uso do contrato de gestão para controle de desempenho de atividades descentralizadas, e, para a compreensão do componente político inerente a qualquer processo decisório no âmbito administrativo de uma casa legislativa, acolheu-se a ótica da teoria da escolha racional. Ao fim da pesquisa, foi possível concluir que a concessão de autonomia para o desempenho de determinadas atividades contribui, de fato, para uma maior eficiência, sendo recomendável, todavia, que, em uma eventual descentralização, haja uma definição prévia, via contrato de gestão, de metas e objetivos a serem cumpridos pelo ente descentralizado, garantindo-se uma coerência com a missão institucional do ente central.

Palavras-chave: Poder Legislativo. Descentralização administrativa. Contrato de gestão. Teoria da Escolha Racional. Prodasen.

Rezende, Karluce Santos. **Implantação da gestão da saúde e segurança do trabalho na Câmara dos Deputados: uma análise sob a ótica da mudança organizacional**, 2020. 101 f.

Orientador: Prof. Dr. Nelson Gomes dos Santos Filho

Resumo: O bem-estar no trabalho passa pela promoção da saúde e proteção da integridade física dos trabalhadores e requer da organização um esforço para desenvolver um sistema que promova a gestão estruturada dos assuntos relacionados à saúde e segurança do trabalho (SST). Para as organizações públicas essa temática ainda é novidade atualmente. Dada a ausência de uma legislação específica no assunto que abranja toda a administração pública em seus diferentes Poderes e esferas – federal, estadual, distrital e municipal – o que se observa é um vácuo normativo que impacta no dia a dia dos servidores públicos estatutários. Há instituições que têm buscado implementar uma gestão da SST, sendo este o caso da Câmara dos Deputados que estabeleceu um sistema precursor em 2005 que, em 2010, passou por mudanças, culminando em 2016 com o sistema vigente nos dias atuais. Este trabalho objetiva investigar esse processo de implantação da gestão da SST na Câmara dos Deputados. Trata-se de um estudo de caráter qualitativo e descritivo que, a partir dos achados na pesquisa documental e nas entrevistas semiestruturadas, procede-se à análise do processo de implantação da gestão atual da SST. Para tanto, toma-se como base a mudança organizacional ocorrida no período de 2010 e 2015, que culminou na implantação do novo sistema de gestão da SST em 2016. A teoria norteadora da análise é a abordagem de Kurt Lewin aplicada no contexto de mudanças organizacionais que dita que, para se obter mudanças efetivas nas organizações, deve-se seguir

três passos: descongelar o status quo; mover ou agir; “recongelar” no novo estado. Durante o processo deve-se considerar as forças envolvidas para então se planejar e executar as ações para a mudança, sendo um processo cíclico e colaborativo. A análise é realizada mediante a identificação: das forças atuantes no primeiro momento, que se estende de 2005 a 2009; das ações tomadas no período de transição, 2010 e 2015; e por fim, das forças vigentes no atual estágio e das ações tomadas para a estabilização nesse estágio, que vigora desde 2016 até 2019. Espera-se, a partir da compreensão do processo de implantação da gestão da SST na Câmara dos Deputados, colaborar com demais órgãos e instituições públicas no seu processo de estruturação da SST ou pelo menos despertar o interesse pelo tema.

Palavras-chave: Saúde e Segurança do Trabalho. Mudança Organizacional. Servidor Público. Gestão Pública. Câmara dos Deputados. Poder Legislativo.

Pomagorski Junior, Carlos Antônio. **Análise comparativa entre as legislações adotadas nos Estados Unidos e Brasil referentes à defesa cibernética**, 2020. 98 f.

Prof. Dr. Cristiano Ferri Soares de Faria

Resumo: Foi realizado o estudo das legislações referentes à Defesa Cibernética nos Estados Unidos, juntamente com bibliografia sobre o tema, traçando-se um paralelo com o panorama legislativo Brasileiro. A pesquisa foi desenvolvida por meio de revisão da literatura, sobre legislações relacionadas a defesa cibernética nos EUA e no Brasil, englobando livros, artigos, documentos oficiais, e corpo legislativo. O recorte legislativo se deu no normativo legal cogente, *latu sensu*, referentes às leis de defesa cibernética. Nos Estados Unidos foi utilizado o recorte para abranger apenas as leis federais que são determinações gerais a todo país. Dessa forma, como o pretendido, o presente trabalho após pesquisar bibliografia e legislações fez um estudo comparado com as legislações de cogência federal brasileiras. Incluindo também as estruturas criadas por essas legislações. Traçou-se possíveis lacunas nos sistemas e com a comparação de ambos tentou-se sugerir possíveis melhoras, assim como mostrar que uma cooperação entre o Brasil e os Estados Unidos seria benéfica a ambos países.

Palavras-chave: Defesa cibernética. Marco Civil da Internet. Poder legislativo.

Ceolin, Adriano Wilson. **A transformação do PMDB dentro da liderança do partido na Constituinte: a perspectiva da história oral**, 2020. 309f.

Orientador: Prof. Dr. Rildo José Cosson Mota

Resumo: O Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) liderou o processo de aprovação da Constituição de 1988, e ao mesmo tempo sofreu efeitos colaterais que, sem dúvida, impactam na existência da sigla até os dias atuais. Quando se iniciaram os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte (ANC), a bancada do PMDB contava com 303 congressistas (deputados e senadores), o que lhe permitia exercer hegemonia política no processo de elaboração da nova Carta Magna. Não obstante, ao longo da votação do texto constitucional, divergências dentro da bancada do PMDB geraram embates e discussões que fragmentaram a sigla e atrasaram – quase inviabilizando – a aprovação da nova Constituição. O ápice desse processo aconteceu quando, em junho de 1988, antes do fim da promulgação do texto constitucional, dissidentes do PMDB fundaram o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). A ação foi protagonizada pelo então líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas (São Paulo), que foi acompanhado por seu primeiro vice-líder, deputado Euclides Scalco (Paraná). O objetivo geral deste trabalho é apresentar como se deu a transformação do PMDB dentro da Liderança do Partido na Constituinte. Para tanto, utilizar-se-á a metodologia de História Oral temática, que se baseia em entrevistas de participantes do período que se busca analisar. A elaboração das perguntas das entrevistas foi subsidiada pela construção de contextos com base em documentos oficiais, reportagens e pesquisas bibliográficas relacionadas ao PMDB e à ANC. Neste trabalho, foram entrevistadas oito pessoas que atuaram na Liderança: cinco vice-líderes, duas funcionárias públicas e um assessor político. São eles: Euclides Scalco, Antônio Britto, Nelson Jobim, Cássio Cunha Lima e Rose de Freitas (vice-líderes); Susana Pereira e Julia Bulgarelli (funcionárias); e Marco Vinício Petrelluzzi (assessor político). Esta pesquisa concluiu que as ações da Liderança do PMDB na ANC impactaram nos rumos da sigla, cujo maior exemplo é seu desmembramento. Tais ações se deram por conta das próprias características da sigla criada como frente, mas sobretudo por conta do choque entre grupos políticos que atuavam no PMDB até então.

Palavras-chave: Poder Legislativo. Constituinte 1988. PMDB. Liderança do PMDB. História Oral

temática. Partido político.

Cerqueira, Wanessa Gabrielle Maia. **A política de drogas na Câmara dos Deputados: análise do discurso parlamentar**, 2020. 92f.

Orientador: Dr. Antonio Teixeira de Barros.

Resumo: Análise dos discursos parlamentares no debate sobre a nova Política Nacional de Drogas (Lei nº 13.840/19), que tramitou na Câmara dos Deputados, em relação à produção, comercialização e consumo de substâncias psicoativas. O objetivo da pesquisa foi identificar as formações discursivas nas quais se baseiam tais discursos, para analisar as forças de poder que fundamentaram as discussões e compreender as crenças ideológicas que permeiam os posicionamentos dos deputados. Assim, investigamos como os parlamentares se posicionam acerca da temática drogas, em situações comunicativas que envolvem o debate parlamentar na Câmara dos Deputados, bem como as estratégias discursivas que são utilizadas para comunicar determinadas visões em relação ao tema. Para tanto, analisamos as notas taquigráficas dos debates ocorridos na Comissão Especial destinada a deliberar sobre a proposição, bem como na discussão e votação da matéria no Plenário da Câmara dos Deputados. Foram identificadas, em ordem decrescente de intensidade, a existência de uma formação discursiva sanitarista, segundo a qual ao Estado cabe zelar e cuidar da saúde do indivíduo, ainda que contra sua própria vontade; de uma formação discursiva punitivista, que defende a necessidade de uma lei penal rígida para conter o consumo individual e o comércio de substâncias psicoativas; e uma formação discursiva libertária, identificada em poucos pronunciamentos, que se baseia no respeito ao livre-arbítrio e na não interferência na vida íntima e privada do indivíduo.

Palavras-chave: Poder Legislativo. Discurso Político. Análise de Discurso. Política de Drogas.

Bijos, Paulo Roberto Simão. **Orçamentação por desempenho no Congresso Nacional: incentivos institucionais e comportamento legislativo**, 2020. 306f.

Orientador: Prof. Dr. Nelson Gomes dos Santos Filho

Resumo: Esta dissertação trata da orçamentação por desempenho no âmbito do Congresso Nacional. O objetivo proposto foi o de identificar e avaliar, com abordagem descritiva e exploratória, os espaços para o uso de informações de desempenho no processo legislativo orçamentário federal. Com amparo na teoria neoinstitucionalista, a pesquisa realizada valeu-se do método de estudo de caso, centrado na investigação sobre o uso de informações de desempenho pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), no período de 2014 a 2020, com base em dois eixos estruturais de análise: o institucional, orientado a identificar e avaliar os incentivos institucionais ao uso dessas informações; e o comportamental, que buscou identificar e avaliar o próprio uso de informações de desempenho pelos parlamentares. É da teoria neoinstitucionalista, afinal, a máxima de que as “instituições importam” para a compreensão do comportamento social. Como resultado, concluiu-se que, embora a CMO seja cercada de incentivos institucionais ao uso de informações de desempenho, as ocorrências práticas de utilização dessas informações são muito escassas. Em face disso, foram apresentadas, ao final desta dissertação, algumas recomendações destinadas ao fortalecimento da orçamentação por desempenho no âmbito do Congresso Nacional, seguidas de reflexões doutrinárias pertinentes ao tema em estudo.

Palavras-chave: Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Congresso Nacional. Neoinstitucionalismo. Orçamentação por Desempenho. Orçamento Público. Poder Legislativo.

Almeida, Natalia Gonçalves Beling de. **O processo de gestão de riscos no Senado Federal: uma análise sobre o processo de implantação**, 2020. 165 f.

Orientador: Prof. Dr. João Luiz Pereira Marciano

Resumo: O debate sobre governança corporativa e gestão de riscos alcançou grande importância na esfera governamental em razão da presença de relações de agência: o principal (a sociedade) delega ao agente (o Estado) a responsabilidade de gerir os recursos provenientes dos contribuintes. Nesse cenário, o desafio da governança e definir o quanto de incertezas deve ser aceito na gestão dos recursos públicos. A gestão de riscos e o instrumento apropriado para lidar com isso, uma vez que amplia a capacidade das organizações de tratar o efeito das incertezas sobre os objetivos organizacionais. Consequentemente, esse mecanismo permite as organizações gerar valor e entregar serviços de modo mais efetivo, eficiente e econômico. Assim,

gerenciar a aplicação de recursos da sociedade com base em riscos e primordial, sendo também uma recomendação de entidades como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Tribunal de Contas da União (TCU). Nesse contexto, a presente pesquisa buscou descrever o processo de implantação da gestão de riscos no Senado Federal à luz de duas bases teóricas que constituem o modelo de análise do estudo: o modelo de avaliação de maturidade em gestão de riscos do TCU e a teoria institucional em sua vertente sociológica. O trabalho baseou-se em: levantamentos bibliográficos e documentais; questionários; entrevistas e análise de conteúdo. Tais ferramentas possibilitaram o exame e a apresentação do grau de maturidade (TCU) e do estágio de institucionalização (teoria institucional) do processo de gestão de riscos na Câmara Alta, trazendo luz sobre a aproximação teórica sugerida no modelo de análise. Os resultados indicam que o processo de gerenciamento de riscos no Senado Federal encontra-se no início da fase de objetificação, conforme preceitos da teoria institucional, e adentrando o grau de maturidade Intermediário, de acordo com critérios do TCU. Quanto ao modelo de análise, os dados empíricos não permitiram extrair conclusões sobre sua validade, mas parecem sugerir que a associação entre as duas teorias é possível, uma vez que apontaram, em um mesmo contexto, para graus semelhantes de maturidade e de institucionalização do processo de gestão de riscos do Senado. Assim, o estudo apresenta indícios de que um maior grau de maturidade em gestão de riscos segundo os critérios do TCU equivaleria a uma maior institucionalização dessa prática em uma organização, conforme teoria institucional, suscitando uma reflexão para os estudos sobre o tema.

Palavras-chave: Poder Legislativo. Gestão de riscos. Modelo de Maturidade. Institucionalização. Senado Federal

Nunez, Sarah Albertina Cerqueira. **Doze anos de multimídia [manuscrito] : convergência e engajamento público no Portal Senado Notícias**, 2020. 131 f.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Cristiane Brum Bernardes

Resumo: O objeto deste trabalho é a transformação do site da Agência Senado em um portal de notícias multimídia, nos últimos 12 anos. A relevância de investigar o tema é colocar luz sobre a escolha majoritária pelo modelo jornalístico de comunicação nas instituições públicas e sobre as limitações desse caminho para a promoção do relacionamento entre o Legislativo e o cidadão. Neste estudo de caso etnográfico, por meio de entrevistas e de observação participante, principalmente, busca-se mapear que argumentos os profissionais da Secretaria de Comunicação do Senado (Secom) mobilizam sobre a convergência de mídias legislativas – TV, Rádio e Agência Senado – e de formatos de informação no Portal Senado Notícias. Teorias sobre o funcionamento da democracia justificam e, ao mesmo tempo, iluminam o estudo do papel da comunicação de caráter público para a realização dos valores democráticos. E é desse ecossistema de comunicação que fazem parte as mídias legislativas, como o Portal. À luz de teoria sobre engajamento público, que inclui os aspectos da informação, entendimento, identificação, participação e intervenção como formas de contato entre cidadão e Legislativo, outro objetivo é entender se e em que medida esse grupo profissional associa a transformação do Portal ao incremento do relacionamento do público com o Senado. Dentre as justificativas identificadas e utilizadas pelos profissionais para o início do processo de convergência de mídias no Portal estão o acompanhamento de tendências do mercado de notícias privado e a integração de informações produzidas pela Secom. Os produtores entendem a convergência como algo necessário e desejável e não a associam apenas com multimedialidade, mas também com gestão da informação, atualização tecnológica e adequação ao consumidor de notícias, estabelecendo relações de diversos níveis entre a produção e a distribuição de conteúdo multimídia e a jornada do engajamento, principalmente nos aspectos da informação, do entendimento e da identificação. Ainda que não consensual, a autoimagem desses atores como produtores de notícias, entretanto, limita a comunicação pública no tange aos fatores da participação e da intervenção.

Palavras-chave: Poder Legislativo. Mídias legislativas. Comunicação pública. Internet. Convergência. Engajamento público.

Silva, Ronaldo Quintanilha da. **Accountability horizontal: a fiscalização parlamentar exercida pela Câmara dos Deputados na 55ª Legislatura**, 2020. 183 f.

Orientador: Prof. Dr. João Luiz Pereira Marciano

Resumo: Examina como se desenvolveu a fiscalização parlamentar (accountability horizontal) pela Câmara dos Deputados (CD) sobre os atos do Poder Executivo durante a 55ª Legislatura (de 2 de fevereiro

de 2015 a 31 de janeiro de 2019), quando o cargo de presidente da República foi ocupado por dois incumbentes. Neste estudo de caso, o objetivo é verificar o sujeito, o objeto e a amplitude do controle parlamentar, a partir de seis tipos de proposições, denominadas, neste trabalho, de Instrumentos de Fiscalização e Controle (IFC), são eles o requerimento de audiência pública (REQ), o requerimento de convocação de autoridade (RCA), o requerimento de informação (RIC), a proposta de fiscalização e controle (PFC), o projeto de decreto legislativo (PDC) e a solicitação de informação ao TCU (SIT). A explicação dos fenômenos fundamenta-se na teoria da escolha racional e no novo institucionalismo, em suas vertentes distributivista, informacional e partidária. As hipóteses delineadas verificaram se a atividade de controle não é relevante, em comparação às iniciativas legislativas; se a atividade de controle cabe apenas aos deputados de Oposição; se o volume é influenciado pelo ciclo eleitoral e altera-se a partir de eventos externos e, por fim, se as áreas temáticas fiscalizadas são as que reúnem maiores investimentos e se o controle é de abrangência local. A metodologia baseou-se em análises quantitativas e qualitativas, a partir da base de dados, contendo os instrumentos de fiscalização. Também se adaptaram os modelos utilizados por Lemos (2005), Amorim Neto e Santos (2003) e Raposo (2015). Conclui-se pela existência da fiscalização e controle, porém em patamares abaixo de dez por cento quando comparado à função legisladora. Além disso, verificou-se que ela surge tanto da Base quanto da Oposição, mas que a dependência da posição do partido no arranjo institucional ela intensifica ou diminui. Na sequência, encontrou-se influência do ciclo eleitoral na atividade de fiscalização e controle, bem como indícios de que os eventos externos selecionados impulsionaram alguns instrumentos fiscalizatórios e outros não. Ao comparar as duas gestões presidenciais, evidenciou-se que os atos e as escolhas da gestão da presidente Dilma Rousseff foram submetidos a mais controle parlamentar do que os do presidente Temer, em função da gestão da coalizão e do ciclo eleitoral. Por fim, não há evidências de que os deputados são norteados pelo critério de alocação de recursos financeiros para moverações de controle. Nesse contexto, a Administração Pública concentra mais de vinte por cento do esforço fiscalizatório e a fiscalização tem cunho nacional e setorial na maioria dos casos. O Instrumento de Fiscalização e Controle preferido dos deputados é o requerimento de informação, seguido pelos requerimentos de audiências, sendo as comissões permanentes as protagonistas das ações.

Palavras-chave: Poder Legislativo. Câmara dos Deputados. Processo legislativo. Função de fiscalização. Controle. Accountability.

Sousa, Sandra Amaral de. **Participação política nas mídias sociais: uma análise dos comentários sobre a reforma da previdência nas páginas dos deputados mais influentes do Facebook**, 2020. 99f.

Orientadora: Prof^a Dr^a. Cristiane Brum Bernardes

Resumo: A pesquisa analisa qualitativamente como ocorre o engajamento público nas páginas do Facebook dos 10 deputados federais mais influentes nas redes. Para isso, o estudo apresenta uma análise de conteúdo de postagens e dos comentários recebidos no Facebook por esses parlamentares referentes à discussão e à votação da Proposta de Emenda à Constituição da Reforma da Previdência, realizada em 2019 na Câmara dos Deputados. Como estudo de caso, são analisadas, adicionalmente, as respostas aos comentários de dois dos dez deputados elencados. A pesquisa classifica tanto os tipos de postagens dos deputados, quanto os comentários dessas postagens, fazendo um cotejamento deles e identificando as diferentes experiências de engajamento público presentes nesse diálogo, conforme as etapas propostas por Leston-Bandeira (2014). Conclui-se que o engajamento de usuários do Facebook no debate sobre a Reforma da Previdência ocorreu, prioritariamente, sob a forma de opinião, com a cobrança eleitoral dos parlamentares e prestação de contas deles para os cidadãos.

Palavras-chave: Poder Legislativo. Mídias sociais. Participação política. Facebook. Accountability discursivo.

Vitolo, Nivea Flausino. **Interações entre o Legislativo e o Executivo Federal do Brasil na definição de políticas públicas: especificidades das políticas de saúde apresentadas durante os mandatos Lula II e Dilma I**, 2020. 139 f.

Orientador: Prof. Dr. Fábio de Barros Correia Gomes

Resumo: Esta dissertação buscou caracterizar a atuação dos Poderes Executivo e Legislativo durante o segundo mandato do presidente Lula (2007 a 2010) e o primeiro mandato da presidente Dilma (2011-2014),

por meio do cálculo das taxas de sucesso e de dominância do Executivo, nas três vias hierárquicas (constitucional, complementar e ordinária), tanto para as políticas em geral como para as políticas de saúde, e, no caso específico destas, por meio de um estudo qualitativo de uma amostra das proposições apresentadas no período e da totalidade das proposições convertidas em norma. Para o cálculo das taxas, utilizou-se o método de Gomes (2011), que permitiu a comparabilidade dos dados obtidos nesta pesquisa com os achados desse autor. Para a análise qualitativa, as proposições de saúde foram classificadas, segundo as tipologias: de Wilson (1973) adaptada, com base na distribuição dos custos e benefícios; do GPE Saúde (CARVALHO et al., 2011), que distingue as políticas de saúde em temas funcionais; e a baseada em Mello (2017), que diferencia as políticas distributivas, de acordo com o nível de discricionariedade e com os beneficiários. As taxas de sucesso do Executivo mantiveram-se elevadas na via ordinária, tanto para as políticas em geral como para as políticas de saúde, tendo sido verificadas grandes variações nas demais vias, com indicativos de maior dificuldade do Executivo a partir de Lula II. Já as taxas de dominância relativa às políticas em geral seguiram o padrão de variação inversamente proporcional à via (GOMES, 2011), com tendência de queda no pós-2003 (ALMEIDA, 2018). No caso das políticas de saúde, tais padrões não foram reproduzidos; todavia, foi constatada participação parlamentar expressiva nas vias ordinária não orçamentária, complementar e constitucional em todo o período analisado, em especial no pós-2003. O aprofundamento da análise qualitativa das características das políticas apresentadas nos mandatos Lula II e Dilma I e das que obtiveram aprovação, indicou uma preferência de ambos os poderes políticos por proposições distributivas. O caráter mais programático das políticas dessa natureza de iniciativa do Executivo e o maior alcance em termos de beneficiários confirmaram uma atuação mais ampla desse poder, concentrada predominantemente no plenário da Câmara dos Deputados, na direção da concessão de benefícios de interesse nacional. A grande produção de leis simbólicas e de políticas distributivas de alta discricionariedade pelo Legislativo indicaram uma atuação mais restrita e particularista por parte desse poder, com locus de aprovação concentrado nas comissões. Tais achados não permitem refutar a ocorrência do fenômeno do segredo ineficiente no Brasil, marcado pela divisão de tarefas entre os poderes políticos. A predominância das proposições dos temas da “Gestão” e de “Direitos”, nas vias constitucional e complementar, e do tema da “Prevenção”, na via ordinária, revelou que a saúde se encontrava, no período estudado, em uma fase contextual de expansão da abrangência do seu arcabouço jurídico, porém com a retomada recorrente da questão estruturante do financiamento.

Palavras-chave: Poder Legislativo. Políticas de Saúde. Sucesso. Dominância. Conteúdo da Produção Legislativa. Funcionamento dos Poderes Políticos.

Rosa, Tairone Messias. **Partidos políticos contra emendas constitucionais [manuscrito] : panorama da mobilização do STF no período de 1988-2017** / Tairone Messias Rosa. -- 2020. 142 f.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo de João Braga

Resumo: Esta pesquisa analisa a contestação judicial, por partidos políticos, de emendas à Constituição de 1988. Para avaliar como se configura o fenômeno da impugnação de emendas pelos partidos políticos, a dissertação examina 27 ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs), número que corresponde ao universo de acionamentos do STF durante o período de 1988 a 2017. A pesquisa propicia um panorama empírico inédito sobre a mobilização de legendas contra mudanças constitucionais, contribuindo, assim, para o debate teórico sobre o acionamento das Cortes por atores políticos e o uso da via judicial como estratégia política. Entre os principais resultados, está a identificação precisa da quantidade e da frequência das impugnações, além do perfil das 13 legendas diferentes que atacaram reformas constitucionais (v.g. espectro ideológico, experiência na competição eleitoral, posição em relação ao governo, grau de representatividade no Legislativo). Os dados obtidos também oferecem um ponto de observação ainda pouco explorado na literatura, que é, precisamente, o mapeamento das emendas constitucionais mais atacadas pelos partidos brasileiros ao longo de um período de quase trinta anos. Nesse ponto, a pesquisa revelou que apenas 14% do total de emendas editadas pelo Congresso Nacional sofreu ataques. Outro aspecto abordado e igualmente relevante diz respeito ao conhecimento sobre quais os temas modificados na Constituição de 1988 que mais incitaram os atores partidários a recorrer à jurisdição do STF.

Palavras-chave: Poder Legislativo. Partidos Políticos. Judicialização da Política. Impugnação de emendas constitucionais. Ação Direta de Inconstitucionalidade.

Ferreira, Vinícius Augusto Sacramento. **Geografia política do voto: uma análise dos padrões de votação nas eleições para deputado federal de 2014 à 2018**, 2020. 95 f.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Chaves de Rezende Martins

Resumo: Os estudos de geografia eleitoral, por meio da análise do perfil de votação dos candidatos em distritos eleitorais, formais e informais, são importantes instrumentos para a compreensão do sistema político, possibilitando, inclusive, entendimento mais completo sobre o comportamento dos agentes e partidos políticos, especialmente na arena parlamentar. O presente trabalho analisou os padrões de votação nas eleições para Deputado Federal de 2014 e 2018 e comparou os resultados com aqueles encontrados nos estudos de Carvalho (2003) para os pleitos de 1994 e 1998. A pesquisa adotou predominantemente a análise quantitativa. A partir dos dados das eleições disponibilizados pelo TSE, combinados com dados geográficos e de IDH, foram geradas informações no mesmo formato do estudo de Carvalho (2003). Os resultados mostraram que ocorreram mudanças em relação a vinte anos atrás e que as diferenças entre dois pleitos consecutivos ficaram mais acentuadas. Os municípios, notadamente os maiores, se mostraram mais competitivos. Quanto ao perfil dos deputados eleitos, o perfil concentrado seguiu tendência de diminuição e a dominância passou a variar muito mais entre dois pleitos seguidos. Usando-se a tipologia que combina essas duas dimensões, notou-se que o perfil concentrado e dominante se tornou a inda mais raro, enquanto o perfil fragmentado e não dominante consolidou-se como o mais comum entre os deputados eleitos. As predições da fragmentação e da dominância feitas através das variáveis tradicionais tornaram-se menos explicativas. Quando se estudou o perfil dos deputados por meio da dicotomia capital/interior, os resultados não alteraram a tendência de vinte anos atrás, com partidos mais ideológicos se destacando mais nas capitais e grandes cidades. Ainda que os resultados obtidos não possam ser extrapolados para inferir resultados futuros, o trabalho se mostra relevante por disponibilizar dados mais recentes sobre a geografia política do voto, podendo contribuir para a compreensão de mudanças no cenário político brasileiro, como também para subsidiar decisões em diversas áreas relacionadas, como o sistema eleitoral brasileiro.

Palavras-chave: Votos. Deputados Federais. Concentração. Dispersão. Dominância. Distributivismo. Poder Legislativo.

Freitas, Daniela Gomes de. **O cidadão tutelado: a interferência do Poder judiciário na corrida eleitoral brasileira : uma análise empírica da aplicação do artigo 1º, I, g, da Lei complementar 64/90, alterado pela “Lei da Ficha Limpa”**, 2020. 109f.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Augusto de Andrade Barbosa

Resumo: Embora a busca pela “moralidade pública” seja fundamental, também o debate sobre o aspecto prático da sua transformação em bandeira política precisa ser travado. Com efeito, a proposta desta pesquisa é investigar o terreno a que foi relegada a matéria de inelegibilidades no Brasil, comparando-o com experiências internacionais. De forma mais analítica, pretende-se decompor o artigo 1º, inciso I, alínea g, da Lei Complementar 64/1990, com nova redação dada pela Lei Complementar 135/2010, conhecida como a “Lei da Ficha Limpa”, apenas um entre os diversos mecanismos de inelegibilidade trazidos pela legislação, e questioná-lo frente à atuação dos Tribunais. Ademais, busca-se observar o Poder Judiciário brasileiro, evidenciando a existência de contradições no tratamento da matéria, questionando a Lei Complementar 135/2010 por meio da análise da jurisprudência e de casos concretos selecionados. O presente trabalho volta-se, ainda, a investigar se o eleitor tem sido chamado a justificar suas preferências junto à Justiça Eleitoral à revelia da Constituição Federal de 1988.

Palavras-chave: Poder Legislativo. Poder Judiciário. Inelegibilidade. LC 135/2010. Moralidade. Cidadania.

Carvalho Neto, Hernani. **A liberdade dos subterrâneos: a bancada comunista e os direitos individuais na Constituinte de 1946**, 2020. 154 f.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Augusto de Andrade Barbosa

Resumo: O trabalho faz uma análise acerca da produção de efeitos das medidas provisórias que são rejeitadas, tácita ou expressamente, pelo Congresso Nacional, considerando a ausência da edição de decreto legislativo posterior que regule as relações jurídicas constituídas durante o tempo de sua vigência. Para isso é feito um levantamento de todas as medidas provisórias que foram rejeitadas a partir de 2001, quando a Emenda Constitucional n.º 32 estabeleceu que, não editado o decreto legislativo os atos praticados durante

a vigência das medidas provisórias se conservariam mantidos. Na sequência busca-se verificar casos em que há eficácia prospectiva da medida provisória rejeitada, permitindo intuir que o instrumento que permite ao Poder Executivo legislar possui ultratividade.

Palavras-chave: Assembleia Constituinte. Partidos Políticos. Comunismo. História do Direito. História do Brasil. Poder Legislativo.

Teixeira Filho, Sócrates Arantes. **Emenda constitucional nº 86/2015: impactos das emendas orçamentárias de execução impositiva nas relações entre poder executivo e legislativo da União**, 2020. 173 f.

Orientador: Prof. Dr. André Rehbein Sathler Guimarães

Resumo: A Emenda Constitucional – EC – nº 86/2015 tornou impositiva a execução das emendas parlamentares individuais à Lei de Orçamento Anual – LOA - evitando o uso recorrente do mecanismo de contingenciamento e de liberação de recursos orçamentários pelo Presidente da República como meio de submeter os parlamentares aos seus interesses, além de garantir maior eficácia na execução dessas emendas. O presente trabalho tem como objetivo analisar os efeitos da referida emenda, comparando a execução no período de 2010 a 2014 com o período de 2015 a 2019, buscando identificar em qual medida houve aumento do percentual de execução das despesas com emendas parlamentares individuais, após a EC. Para tanto, trabalhou-se com as diferenças na evolução da execução das emendas individuais às Leis Orçamentárias de acordo com o tipo de parlamentar (deputado ou senador), com a situação dos partidos em relação ao governo (situação, neutro, ou oposição), com o tamanho do partido no Congresso Nacional, com a situação do autor da emenda (com ou sem mandato) no ano da sua vigência, com a região de origem do autor, com a classificação funcional, com a classificação do tipo de ação orçamentária (atividade, projeto ou operação especial), e com a abrangência espacial da despesa. A justificativa para a pesquisa é o fato de o controle sobre a execução das emendas orçamentárias ser apontado como uma das principais ferramentas disponíveis ao Presidente da República para controlar a agenda legislativa, no âmbito do que se configurou como o presidencialismo de coalizão no Brasil. A pesquisa realizou uma análise qualitativa e quantitativa da execução das emendas parlamentares individuais à LOA, no sistema Siga Brasil do Senado Federal e nos bancos de dados sobre emendas da Consultoria de Orçamentos da Câmara dos Deputados, e concluiu que a EC 86/2015 reduziu a margem de discricionariedade do Poder Executivo em relação à execução das emendas parlamentares individuais, sem eliminá-la por completo, de modo que a decisão sobre o momento da execução das emendas ainda é um instrumento de controle da pauta do Poder Legislativo.

Palavras-chave: Poder Legislativo. Orçamento Público. Emendas. Presidencialismo. Coalizão.

Hofmann, Rose Mirian. **Avaliação do impacto legislativo do projeto de Lei Geral do Licenciamento Ambiental: uma análise do potencial de otimização dos procedimentos com a aplicação das novas regras**, 2020. 93 f.

Orientador: Prof. Dr. Maurício Schneider

Resumo: O licenciamento ambiental brasileiro tem sido alvo de constantes críticas sobre a imprevisibilidade em termos de prazo e escopo, especialmente na primeira fase da avaliação, o licenciamento prévio. Nesse cenário, o Poder Legislativo tem debatido uma série de proposições com o objetivo de desburocratizar o procedimento, tornando-o mais célere, com a promessa de que tal aprimoramento não resultará em fragilização do mérito das análises técnicas. Na Câmara dos Deputados, até o final da 55ª legislatura (2015-2019), tramitavam vinte e três proposições sobre o tema, sendo o Projeto de Lei (PL) nº 3.729, de 2004, o principal. Este trabalho teve como objetivo promover uma avaliação do potencial de otimização dos procedimentos com a aplicação das novas regras, em debate no âmbito dos projetos em trâmite no legislativo. A metodologia adotada consiste no cotejo das normas atuais com as propostas de abordagem legislativa no âmbito do Projeto de Lei Geral do Licenciamento Ambiental, verificando-se em cada etapa do processo qual é o nível de aprimoramento. A análise restringiu-se aos normativos aplicáveis aos processos conduzidos na esfera federal, licenciados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Os resultados contribuíram para melhor delimitar o problema a ser resolvido pelo projeto de lei em relação ao consumo de tempo por cada etapa do processo, indicando a necessidade de maior atenção àquelas que antecedem o aceite dos estudos pelo órgão

ambiental para análise de mérito. A pesquisa também mapeou dispositivos estruturantes do projeto de lei que podem aprimorar o instrumento em relação à eficiência e efetividade. Por fim verificou-se que o Projeto de Lei Geral do Licenciamento Ambiental inova pouco, mas consolida uma série de procedimentos esparsos em um único ato, favorecendo o entendimento do tema e a formação de jurisprudência no decorrer do tempo. A ideia de otimização, embora presente em todos os debates, tem sido deixada preponderantemente a cargo de futura regulamentação da lei, em caso de aprovação do projeto. Nessa situação estão as etapas de enquadramento e triagem, nas quais são definidas quais atividades e empreendimentos serão submetidos ao licenciamento e com qual nível de rigor. Por fim, destaca-se a relevância da aprovação de uma lei sobre a matéria, principalmente para esclarecer e consolidar conceitos e papéis que, embora presentes há muito tempo no ordenamento jurídico, se mostram bastante controversos no debate legislativo.

Palavras-chave: Avaliação do impacto legislativo. Licenciamento ambiental. Desburocratização. Gestão pública.

Castro, Tarciane Silva de Araújo. **A atenção domiciliar (home care) no âmbito do plano de saúde do Senado Federal: isomorfismo e institucionalização**, 2020. 145f.

Orientador: Prof. Dr. Valério Augusto Soares de Medeiros

Resumo: A pesquisa consiste em uma análise da assistência domiciliar (AD) oferecida pela rede credenciada do plano de saúde do Senado Federal, denominado Sistema Integrado de Saúde (SIS). Discute-se o grau de institucionalização dessa assistência à luz do neoinstitucionalismo e a existência de isomorfismo institucional, a partir de duas questões de pesquisa: 1) Em qual estágio está o processo de institucionalização da assistência domiciliar – home care do Senado Federal?; e 2) Há evidências de isomorfismo institucional nesse processo? A monografia é qualitativa e compreende um estudo de caso com característica exploratória e descritiva. Para identificar a ocorrência e o grau de institucionalização da AD do Senado Federal adota-se, a partir da perspectiva do institucionalismo sociológico, a modelagem de Tolbert e Zucker (1998). Para tanto, são realizadas entrevistas com os gestores do SIS com a finalidade de investigar os estágios de institucionalização (habitualização, objetificação e sedimentação), compostos por forças causais e características com poder de explicação para o processo de institucionalização das estruturas organizacionais. Relacionam, durante a análise dos documentos e das entrevistas, as forças causais e características evidenciadas em cada fase do processo de institucionalização. Os resultados obtidos apontam que a AD do Senado Federal possui forças causais e características das três fases da institucionalização, demonstrando que, mesmo com a inexistência de obrigação, por parte do gestor do SIS, de oferecê-la, essa assistência se encontra em uma condição mais aproximada ao estágio da institucionalização total ou sedimentação, que é marcada pelo apoio na continuidade da estrutura e pela consolidação da AD dentro do Senado Federal. Adicionalmente, percebeu-se que há a presença de variáveis semelhantes, cotejando-se os modos de oferta de AD do SIS e do SUS, caracterizando predominantemente a presença do isomorfismo coercitivo.

Palavras-chave: Poder Legislativo. Home Care. Assistência Domiciliar. Institucionalismo Sociológico.

Cavalheiro, Myriam Violeta. **A casa das 13 mulheres: o discurso das senadoras sobre o impedimento de Dilma Rouseff**, 2020. 134 f.

Orientador: Prof. Antonio Teixeira De Barros

Resumo: Este estudo objetivou analisar como se comportaram discursivamente, durante o julgamento do impeachment de Dilma Rouseff, as mulheres que compunham o Senado Federal, instância responsável por julgar o impedimento dos presidentes da República. Para isso, buscou-se identificar, nas manifestações orais no ambiente do plenário, naquele período, indícios que permitissem encontrar a condução dos sentidos para reforçar a existência da desigualdade entre homens e mulheres, sobretudo na política. Outra premissa era que os pronunciamentos dessas mulheres poderiam ser capazes de convencer, até o ponto de influenciar, para alterar a decisão dos outros senadores no resultado do processo. Para tanto, utilizou-se a metodologia das escolas de Análise de Discurso (AD), de linha francesa e da Análise Crítica do Discurso (ACD). As 13 mulheres que julgaram Dilma Rouseff foram distribuídas em espectros ideológicos com vistas a observar se os discursos proferidos estavam coerentes com o posicionamento político. Também se investigou o lugar de fala, as estratégias retóricas e as estruturas dos pronunciamentos dessas parlamentares que, dadas as

condições de acesso à arena política, por si só já podem ser consideradas exceção num ambiente tradicionalmente masculino. A escassez de estudos dos discursos construídos durante o processo de impeachment, sobretudo das mulheres detentoras de mandato, justifica a presente pesquisa. Outro mérito de investigações desta natureza é que, ao derramar luz sobre como elas retratavam, por meio de suas manifestações orais, a maneira como viam a si mesmas, as outras mulheres e, principalmente, a única mulher a chegar ao cargo de presidente da República, é possível contribuir na compreensão de como se construíram identidades discursivas femininas na prática específica do impeachment. Além de observar a existência de discursos inerentes aos espectros ideológicos e aos lugares de fala, encontrou-se que a repetição, como estratégia retórica, não surtiu efeitos e que era possível uma disputa discursiva pela presunção da verdade. Conclui-se, pelas análises, que o posicionamento político e discursivo nem sempre coincidiu com o espectro ideológico e que, a depender desse espectro, o discurso da desigualdade entre homens e mulheres, principalmente na arena política, foi valorizado ou ignorado pelas senadoras.

Palavras-chave: Poder Legislativo. Análise de Discurso. Impeachment. Política e gênero. Desigualdade política.

Teles, Fausto Barros de Sá. **A reforma do marco legal do petróleo sob duas visões de política energética**, 2020. 113f.

Orientador: Prof. Dr. Mauricio Schneider

Resumo: Entre 2016 e 2018, o governo Temer realizou uma reforma no marco legal brasileiro de exploração e produção de petróleo e gás natural, que foi objeto de intensos debates no Congresso Nacional. Este trabalho analisa essas modificações e sua relação com os resultados dos leilões de áreas do pré-sal sob o regime de partilha de produção, tendo em conta os argumentos de defensores e opositores da reforma, com vistas a contribuir com evidências para futuras deliberações. As modificações e argumentos apresentados foram obtidos diretamente na legislação e em documentos produzidos pelas comissões das duas Casas do Congresso Nacional, e examinados a partir de referencial teórico sobre ideologias políticas, política industrial e política energética. Dessa análise, resultam critérios para a avaliação do desempenho da reforma, o que é feito utilizando dados dos resultados dos leilões e contribuições de outros estudos sobre o tema. Embora a legislação não seja o único fator influenciando o mercado de óleo e gás, o que limita as possibilidades de análise sobre o impacto da reforma, as evidências reunidas sugerem que essa política pública contribuiu para o alcance de resultados superiores nos leilões, com efeitos adversos pouco relevantes. Ao final, explora-se propostas de alterações futuras no marco legal em um cenário de transição energética acelerada e de preços baixos de petróleo.

Palavras-chave: Política pública. Energia. Óleo e gás. Pré-sal. Partilha de produção. Poder Legislativo.

Carvalho, Ginny Carla Morais de. **Plenários a o vivo nos parlamentos americanos: transparência, publicidade e estímulo à accountability**, 2020. 219 f.

Orientadores: Prof. Dr. Antônio Teixeira de Barros e Profa. Dra. Cláudia Regina Fonseca Lemos

Resumo: O estudo tem o objetivo investigar em que medida os parlamentos nacionais dos países do continente americano utilizam as transmissões ao vivo por vídeo das sessões plenárias como forma de transparência, publicidade e estímulo à accountability. Trata-se de uma pesquisa inédita, que propõe suprir uma lacuna comparativa e analítica nos estudos da área, considerando o continente americano como um todo, com seus 35 países independentes e respectivas 55 casas legislativas. O panorama foi traçado sob a ótica dos estudos sobre transparência, publicidade e accountability e levou em consideração informações coletadas por meio de observação sistemática direta das sessões plenárias e de questionários eletrônicos respondidos pelos próprios legislativos. Os resultados mostram que não foi verificada transmissão ao vivo em vídeo das sessões plenárias em apenas dois países do continente: Haiti e Belize. Nos demais, o público tem ao menos uma forma de assistir em tempo real as discussões e decisões da arena mais importante do Poder Legislativo. O meio predominante de transmissão ao vivo em vídeo é a internet, mas os parlamentos ainda não aproveitam o potencial interativo da tecnologia. Há multiplicidade quanto ao formato e conteúdo oferecidos nas transmissões. Foram feitas classificações e análises de variáveis técnicas e informativas, sempre tendo como foco o que é colocado à disposição do cidadão. Por isso, foi dado destaque aos países que utilizam a mediação jornalística para permitir maior inteligibilidade: 24 casas parlamentares incluem

jornalistas nas transmissões ao vivo, a maioria antes e/ou depois do período regimental da sessão; oito delas inserem explicações orais também durante o evento, nos intervalos entre os discursos parlamentares, permitindo que o público seja informado sobre o ponto em questão e possíveis consequências. A investigação ainda identificou que a decisão do Legislativo de oferecer mais explicações em tempo real na transmissão em vídeo vem acompanhada de outras ações de divulgação da sessão plenária em diferentes formatos e meios. Conforme se ampliam as explicações na transmissão ao vivo, foi constatada uma alteração no perfil dos países no que diz respeito a variáveis políticas e estruturais, verificando-se, por exemplo, maior incidência em países presidencialistas, com democracia falha e representantes eleitos por meio de sistema proporcional. Conclui-se que a transmissão ao vivo traz transparência e publicidade aos atos parlamentares, mas em graus diferenciados. A maior visibilidade proporcionada pela transmissão ao vivo em vídeo das sessões plenárias incentiva a accountability parlamentar e atua para o fortalecimento da representação e da democracia, embora também seja verificada em países considerados autoritários, onde o procedimento pode ser instrumento para travestir de democracia um processo político que, na verdade, é controlado. Por fim, aponta-se o desafio de qualificar as informações das transmissões ao vivo das sessões plenárias para ampliar o entendimento, promover maior interatividade e aumentar o grau de engajamento público.

Palavras-chave: Transmissão ao vivo. Televisão legislativa. Mídias legislativas. Plenário.

Mazzola Junior, Osvaldo. **Identificando o capital humano no setor público: uma análise sistemática e comparada com as práticas de avaliação educacional na Câmara dos Deputados**, 2020. 178 f.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Campos da Rocha Miranda

Resumo: Esta pesquisa foi elaborada com o objetivo geral de identificar indicadores de capital humano em organizações públicas brasileiras, conceituados pela produção acadêmica no período de 2015 a 2019, passíveis de análise a partir das práticas de avaliação educacional corporativa da Câmara dos Deputados. O estudo realça a importância do significado estratégico do capital humano para as organizações no mundo contemporâneo, o qual, desde o final do século passado, experimenta a era da informação ou da sociedade do conhecimento. Tempos em que informações e conhecimentos são produzidos em escalas nunca vistas, gerando impactos significativos no ambiente privado e público de negócios. Razões pelas quais conhecer as atuais competências dos servidores e desenvolver as novas necessárias é fator crítico para fazer mais eficiente e moderna a administração pública. No trabalho adotou-se metodologia analítico-qualitativa, para explorar e descrever o objeto de pesquisa, mediante o uso de revisão sistemática de literatura e estudo comparado. Realizou-se uma revisão de escopo sobre modelos de capital humano e uma análise documental nos registros das avaliações educacionais conduzidas pelo Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor) da Câmara dos Deputados, de maneira a proporcionar uma comparação de elementos dessas práticas avaliativas com indicadores daquele capital aplicáveis a organizações públicas no Brasil. Na revisão de escopo, foram identificados 268 artigos acadêmicos nas bases de dados dos sistemas de busca de bibliografia da Câmara dos Deputados, do ProQuest Central e da Elsevier ScienceDirect. Após triagem e seleção, com fundamento em critérios de elegibilidade protocolados, 32 desses estudos tiveram mapeados os conceitos, as características, os indicadores e os métodos de mensuração de capital humano. A análise documental dos modelos de avaliação educacional do Cefor descobriu 23 elementos relacionáveis a indicadores de capital humano consoante a academia. O cotejo de ambos os conjuntos de dados (indicadores e elementos de avaliação) revelou que as atuais formas de avaliação de ações educativas na Câmara possibilitam, embora incompletamente, analisar nove instâncias de indicadores de capital humano, nas dimensões cultura e clima organizacionais, compartilhamento e comunicação, e competências. Verificou-se que esses processos avaliativos não foram elaborados para especificamente medir o capital humano, assim como em parte considerável carecem de documentação. Os resultados mostraram ser viável utilizar avaliações educacionais como uma ferramenta para monitorar e avaliar o capital humano em organizações públicas brasileiras, neste caso utilizando os parâmetros dos modelos avaliativos da Câmara dos Deputados. Para organizações do conhecimento, feito a Câmara, (re)conhecer o valor das pessoas que aplicam seu capital humano no trabalho é extremamente relevante e crítico para o sucesso da Instituição. Sobretudo quando atualmente se avizinha uma reforma, no âmbito dessa Casa Parlamentar, que busca novos paradigmas para o serviço público, baseados em avaliação de desempenho de servidores, eficiência administrativa, economicidade e transparência.

Palavras-chave: Poder Legislativo. Gestão estratégica. Educação legislativa. Capital humano. Avaliação educacional. Revisão de escopo.

Correa, Roberto Rondon. **FIRE ALARM OU POLICE PATROL? Análise da atuação parlamentar da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados no período da 55ª Legislatura (2015-2019) à luz de uma abordagem teórica sobre fiscalização congressional**, 2020. 99 f.

Orientador: Prof. Dr. João Luiz Pereira Marciano

Resumo: A fiscalização e controle das estruturas e atos governamentais é papel essencial do Poder Legislativo, sendo que, nas últimas décadas, em que o Brasil retornou à normalidade democrática, tornou-se, novamente, ferramenta fundamental ao pleno exercício da democracia. Em 2003 foi criada a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC), justamente com o objetivo de estruturar essa fiscalização por parte da Câmara dos Deputados (CD). A crescente participação da sociedade, por meio de organizações não governamentais, na fiscalização da coisa pública, tem tornado a necessidade de pronta resposta pelo Poder Legislativo ainda maior. Ao longo dos últimos anos o volume de fiscalização cresceu e se diversificou. O presente estudo buscou analisar, no período da 55ª Legislatura, o principal instrumento de fiscalização da CFFC e da Câmara dos Deputados, a Proposta de Fiscalização e Controle (PFC), na visão comparativa de dois modelos de fiscalização congressional: fire alarm, que se consubstancia num processo reativo de fiscalização, e police patrol, que está ligado a um processo planejado e constante de fiscalizar a administração pública. O quadro teórico para análise dos dois modelos envolveu as teorias da accountability, da Agência e distributiva, ligada ao princípio da Conexão Eleitoral, em que se pode compreender melhor os comportamentos e motivações de quem delega a fiscalização (principal) e quem a executa (agente) no âmbito da arena legislativa. A metodologia compreendeu, ainda, análise quantitativa das PFCs no período de foco. Como resultado, observou-se um maior enquadramento das PFCs no modelo fire alarm. Identificou-se, também, que as características das vertentes fire alarm e police patrol não são estanques, e se interrelacionam entre os modelos. Os dados apontam para uma possível insuficiência do modelo de McCubbins e Schwartz (1984) para explicar o enquadramento da fiscalização parlamentar, sendo que esses dados sinalizam para a possibilidade de se desenvolver um modelo explicativo baseado nas teorias de organização do comportamento parlamentar (distributiva, informacional e partidária).

Palavras-chave: Fire alarm. Police patrol. Accountability. Conexão eleitoral. Teoria da agência. Poder Legislativo.

Moor, Francine. **Mulheres e lobby no Brasil [manuscrito]: como elas jogam o jogo dos homens no Congresso Nacional**, 2020. 83f.

Orientador: Prof^a Dr^a. Giovana Dal Bianco Perlin

Resumo: O contexto de atuação profissional do lobby, a política, é um espaço caracterizado pela sub-representação feminina. Assim sendo, a forma como as decisões são tomadas e as negociações são realizadas reproduz padrões de comportamento e de cultura tradicionalmente masculinos. Analisar a atuação das mulheres em atividade de lobby no Congresso Nacional, descrevendo essa atividade e identificando os impactos de gênero na atuação profissional configura o principal objetivo deste estudo. Para alcançar esse objetivo esta pesquisa coletou dados quantitativos e qualitativos de diferentes fontes sobre os profissionais de lobby no Brasil e buscou identificar, por meio da análise da percepção de mulheres e homens profissionais da área, como gênero repercute na sua prática profissional e na sua carreira. O estudo mostra que as principais barreiras experimentadas pelas mulheres na atividade de lobby são: persistência de dilemas relativos à interação família-trabalho; o sexo como variável explicativa para as diferenças remuneratórias; a old boy's network, ou "o clube de homens" representando uma barreira para a ascensão de mulheres na carreira e para o sucesso profissional; o assédio sexual explícito e velado como barreira importante e transversal, impactando negativamente em vários processos da atividade laboral e também no desenvolvimento profissional; e um maior engajamento das mulheres em atividades técnicas do que em atividades de articulação política como estratégia para lidar com as barreiras citadas.

Palavras-chave: Poder Legislativo. Lobby. Características de gênero. Estereótipos. Equidade de gênero. Sub-representação da mulher.

Silva, Dhyego Marcus Cruz e. **Mudança institucional no Congresso Nacional: uma análise a partir da judicialização do veto dos royalties do petróleo**, 2020. 204f.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo de João Braga

Resumo: O ambiente político é estruturado por uma dinâmica institucional caracterizada por constantes tensões e conflitos decorrentes da relação entre atores e instituições. Esses atores exploram ativamente as “regras do jogo”, como as atinentes ao processo legislativo. No Congresso Nacional (CN) há uma multiplicidade dessas regras, constitucionais e regimentais, que regem os trabalhos e estruturam comportamentos. Embora majoritariamente formais e escritas, elas geram disputas em torno de seu significado, interpretação e forma de aplicação na prática, durante a tramitação de proposições legislativas. Parte desses conflitos não encontra solução na arena política e acaba migrando para o Poder Judiciário, por meio da judicialização do processo legislativo, fenômeno cada vez mais crescente. Um dos instrumentos utilizados é o mandado de segurança (MS), pelo qual os parlamentares, como autênticos partícipes desse processo legiferante, ingressam no Supremo Tribunal Federal (STF), arguindo, em muitos casos, questionamentos em torno dessas regras. Nesse contexto, o objetivo do estudo foi verificar como decisões do STF, nessas ações, provocam ou contribuem com mudanças institucionais no CN, transformando-o. Para tanto, valeu-se do método de estudo de caso, cuja unidade de análise foi o MS nº 31.816, relativo ao veto presidencial apostado ao Projeto de Lei de redistribuição dos royalties do petróleo. A abordagem da pesquisa não foi analisar a fundamentação jurídica ou doutrinária das decisões judiciais, tampouco traçar limites da atuação do STF no Poder Legislativo. A pesquisa utilizou-se de um olhar institucionalista, focado na mudança institucional, relacionando de forma inovadora esse complexo fenômeno com o da judicialização do processo legislativo. Esse MS, que teve grande repercussão política e importantes desdobramentos no CN, revelou um quadro institucional de contestação das regras formais de deliberação dos vetos presidenciais. Verificou-se que o conflito quanto a essas regras não se iniciou com a judicialização, que teve um papel relevante no processo de mudança, porém secundário. Concluiu-se que a mudança institucional no CN no caso em análise não se realizou de forma abrupta, decorrente de fatores externos, como sustenta grande parte das tradicionais abordagens neoinstitucionalistas. Ela foi gradual e transformadora, identificada a partir de modelo teórico específico. Além disso, se processou de forma endógena, ao longo dos anos, pelo acúmulo de inúmeros conflitos protagonizados pelos próprios parlamentares, que desafiavam as instituições em questão. E resultou em uma alteração da práxis decisória adotada há décadas e uma reconfiguração do poder atribuído à Mesa do CN.

Palavras-chave: Poder Legislativo. Mudança Institucional. Judicialização. Processo Legislativo. MS nº 31.816. Royalties do Petróleo.

Correia, Fernando Tavares. **O exame de adequação e compatibilidade orçamentária e financeira na Câmara dos Deputados na 55ª legislatura: uma abordagem informacional**, 2020. 158 f.

Orientador: Prof. Dr. João Luiz Pereira Marciano

Resumo: Esta dissertação trata do exame de adequação e compatibilidade orçamentária e financeira das proposições legislativas no âmbito da Câmara dos Deputados. O objetivo proposto foi entender como a Câmara dos Deputados adquiriu informação para tomada de decisão acerca desse tema durante a 55ª legislatura, com abordagem descritiva e exploratória e amparo no modelo informacional. Verificou-se que o despacho inicial do Presidente da Câmara dos Deputados (PCD), que define os colegiados a que cada proposição é submetida, é uma decisão técnica. Embora a escolha dos presidentes das comissões permanentes seja partidária, a escolha dos relatores e presidência nos colegiados temporários tem motivação informacional e partidária. Identificou-se na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) e nas comissões mistas que analisam as medidas provisórias (MPV) a figura da consultoria de orçamento como um ator informacional. Também se encontrou evidência de que há delegação legislativa nas proposições de autonomia externa que tramitaram na CFT e nas MPV analisadas pelas comissões mistas, evidência não observada em Plenário. Os colegiados com poder terminativo sobre a adequação e compatibilidade orçamentária e financeira (CFT e comissões especiais) tiveram suas opiniões mantidas pelo Plenário, o que evidencia que a decisão desses colegiados representa a vontade do legislador mediano do Plenário. Ao final, foram apresentadas sugestões de melhoria para o processo informacional sobre a adequação orçamentária e financeira e sugestões de estudos futuros.

Palavras-chave: Adequação e Compatibilidade Orçamentária e Financeira. Modelo Informacional. Comissão de Finanças e Tributação. Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira. Poder Legislativo.

Mesquita, Rômulo de Sousa. **Parcerias público-privadas em casas legislativas: possibilidades e desafios**, 2020. 153 f.

Orientador: Prof. Dr. Nelson Gomes dos Santos Filho

Resumo: Este trabalho tem o objetivo de verificar quais são as possibilidades e os desafios para a realização de Parceria Público-Privada (PPP) em uma Casa Legislativa. A pesquisa não tem precedente e pode auxiliar em futuras modelagens de PPPs nesse âmbito de Poder. Foi desenvolvida como estudo de caso múltiplo, considerando as experiências inacabadas da Câmara dos Deputados e da Câmara Municipal da cidade do Recife. Na Câmara dos Deputados, a experiência percorreu quase toda a etapa pré-contratual de estruturação de uma PPP. A Lei nº 13.137/2015, incluiu as Casas do Poder Legislativo no rol dos autorizados a estruturarem PPP, o que impulsionou a elaboração de normativos internos e regulamentação do processo de estruturação do projeto na CD. A instituição ofereceu capacitação inicial em gestão de PPP para o corpo técnico e constituiu a Comissão Especial para a elaboração e a publicação do edital do PMI, com o projeto arquitetônico e a metodologia para o cálculo do preço público comparado (PPC), e a avaliação das propostas, que seriam recebidas. O projeto avançou até o recebimento de proposta de uma das cinco empresas autorizadas para desenvolverem os estudos. No caso da Câmara Municipal do Recife, a experiência foi mais incipiente. Seu principal legado foi a constituição do Fundo Gestor Especial, com o objetivo específico para a construção da sede da Casa Legislativa. Apesar de não terem avançado nas fases da etapa pré-contratual de PPP, a Instituição tem se preparado financeiramente com a capitalização do fundo, o que possibilita a utilização desse instituto no futuro. Mesmo sem a conclusão dos projetos, há espaço para aplicação desse instituto nos diversos níveis do Poder Legislativo brasileiro.

Palavras-chave: Parceria Público-Privada. Concessões administrativas. Modelagem de PPP no Poder Legislativo.